

O PROJETO DE EDUCAÇÃO DA BURGUESIA PARA A CRISE: ESVAZIAMENTO CURRICULAR E MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Camila Ozelame da Silva (PIC/UEM), Marco Antonio de Oliveira Gomes
(Orientador). E-mail: maogomes@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento:

Ciências Humanas e Educação

Palavras-chave:

Crise estrutural do capitalismo; Novo Ensino Médio (NEM); Militarização das escolas.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e o processo de militarização das escolas como expressões da crise estrutural do capitalismo, agudizada a partir de 2008. A metodologia consiste em pesquisa documental e bibliográfica, ancorada no referencial teórico do materialismo histórico-dialético, compreendendo que os fenômenos educacionais são determinados pelas relações sociais de produção. Os resultados indicam que a crise, ao exigir a recomposição das taxas de lucro do capital, impulsionou reformas neoliberais que tratam serviços públicos como gastos. Na educação, isso se materializou no Novo Ensino Médio, que promove o esvaziamento de conteúdos em favor de itinerários formativos alinhados às demandas imediatas do mercado, e na militarização, via Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) do então governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que foca no disciplinamento e controle da juventude. Conclui-se que ambas as políticas, articuladas a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), representam um projeto de desmonte da escola pública, destinado a formar uma força de trabalho precarizada, dócil e adaptada aos interesses do capital, negando o conhecimento crítico e emancipatório.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Decreto nº 10.004/2019) como políticas educacionais indissociáveis da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Partindo do materialismo histórico-dialético, compreende-se que a educação não é uma esfera autônoma, mas um reflexo das contradições da sociedade de classes. A questão problematizadora que orienta a pesquisa é: quais os interesses políticos, econômicos e sociais que orientam os projetos de escola cívico-militares e a reforma do ensino médio? O objetivo geral é analisar essas

políticas como expressão da crise do capital, iniciada em 2008, que perpassa a superestrutura societal. Objetiva-se, especificamente, compreender a crise geral do capitalismo; analisar o esvaziamento de conteúdos promovido pela reforma; e investigar a proposta das escolas cívico-militares como meio de disciplinamento da juventude.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental. Foram analisados documentos legais como a Lei nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), o Decreto nº 10.004/2019 (que institui o PECIM), o manifesto “Uma Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015) e manuais de colégios cívico-militares. O referencial teórico-metodológico é o materialismo histórico-dialético, que postula que a educação, enquanto fenômeno social, deve ser compreendida a partir das relações materiais e da luta de classes, e não por si mesma. A análise buscou desvelar, nos documentos, os interesses de classe e a correspondência dessas políticas com a agenda neoliberal de contenção da crise do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise documental demonstram que a Reforma do Ensino Médio (NEM) e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) são respostas diretas à crise estrutural do capitalismo, iniciada em 2008. Conforme explicitado no manifesto “Uma Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), em consonância com os interesses da burguesia, tratou os serviços públicos como “gastos excessivos” que precisavam ser contidos. Na educação, essa lógica se materializou no esvaziamento dos conteúdos científicos promovido pelo NEM, que substituiu um currículo extenso por itinerários formativos supostamente alinhados às demandas do mercado. Esta reforma, portanto, não visa a elevação cultural da classe trabalhadora, mas a formação de um “novo perfil de trabalhador polivalente e super qualificado”, adaptado à precarização do mundo do trabalho sob a égide do toyotismo.

A militarização, por sua vez, apresenta-se como uma solução disciplinar para os mesmos problemas econômicos e sociais. O PECIM, instituído pelo Decreto nº 10.004/2019, justifica-se pela retórica de melhoria de índices como o IDEB e combate à violência. No entanto, a análise dos manuais dessas escolas, como o do Paraná, revela um projeto de disciplinamento que utiliza ferramentas como o sistema de créditos para incentivar a obediência e punir comportamentos desalinhados com a proposta hierárquica de sociedade. Este modelo, que prega o respeito à hierarquia e a não questionamento da ordem, visa formar corpos dóceis e sujeitos acríticos, conformados com sua posição social.

Em conjunto, o NEM e a militarização representam um projeto único de classe. Enquanto a reforma cuida de rebaixar o conteúdo intelectual oferecido, tornando-o utilitarista e imediatista, a militarização cuida de controlar a subjetividade e o comportamento da juventude. Ambas as políticas convergem para um objetivo

comum: impedir o acesso ao conhecimento crítico e histórico que poderia levar à compreensão das verdadeiras causas das desigualdades, servindo, assim, aos interesses do capital em crise ao formar uma força de trabalho técnica e ideologicamente domesticada.

Outra problemática a ser destacada refere-se as condições objetivas de precarização do trabalho docente quanto fenômeno inserido na totalidade educacional do país. O processo de implementação das políticas neoliberais, que condena à miséria e ao desemprego estrutural a classe trabalhadora, ocorre a nível Federal ou Estadual. Independente do governo vigente, o receituário é implementado de maneira mais lenta ou mais rápida, dependendo do Estado.

A lógica neoliberal preconiza a redução de gastos públicos, precarização dos serviços públicos, incluindo a educação, que enfrenta uma guerra de dupla natureza: econômica e ideológica. O aspecto econômico envolve os interesses dos agentes privados em enriquecer com a educação, enquanto o aspecto ideológico visa a legitimação da ordem social cada vez mais difícil de sustentar em um mundo de miséria. Por isso, as mudanças promovidas no currículo e nas formas de contratação e trabalho dos professores são estratégicas.

A crescente ênfase nas pedagogias do “aprender a aprender” dos currículos oficiais é outra ferramenta utilizada para fazer com que a classe trabalhadora se conforme com sua condição e se sinta responsabilizada por ela. Por meio do empreendedorismo, pretende-se condenar o jovem à própria sorte, com a falsa justificativa de que o fracasso resulta do demérito pessoal, e não de um sistema parasita que só pode existir às custas da miséria da maioria.

A luta pela defesa da escola pública, laica, universal e gratuita deve constituir-se em uma das etapas que não pode ser dissociada da luta pela emancipação de todos. Assim, torna-se necessário o resgate da valorização da autonomia pedagógica dos professores em uma escola comprometida com a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a Reforma do Ensino Médio e a militarização das escolas são faces de uma mesma moeda: a resposta da classe dominante à crise estrutural do capitalismo. Longe de representarem avanços, são políticas que aprofundam o desmonte da escola pública, promovem o esvaziamento do conhecimento científico e impõem um rígido controle sobre a juventude trabalhadora. Seu objetivo último é servir aos interesses do capital, formando indivíduos adaptados à lógica do mercado e impedindo o desenvolvimento de uma consciência crítica capaz de questionar a ordem social vigente. A compreensão desse processo é um requisito teórico fundamental para a defesa intransigente de uma escola pública verdadeiramente emancipatória.

Por fim, trata-se de privar os filhos da classe trabalhadora do acesso ao conhecimento e, concomitantemente, fazê-los aceitar a naturalização de uma sociedade profundamente desigual. De tal modo, os intelectuais comprometidos com os interesses do capital atribuem à escola o papel de preparação dos jovens para uma sociedade incapaz de solucionar os problemas por ela gerados. Não por acaso, o empobrecimento da educação não é casual, mas um projeto de classe que busca impedir a socialização do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Marco Antonio de Oliveira Gomes, pela paciência, orientação e por ser um professor que marcou minha graduação e minha vida. Espero ser metade do profissional empático e acolhedor que ele é. Agradeço também à minha família, que, mesmo de longe, sempre esteve presente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 set. 2019. Seção 1, p. 6.

GOMES, M. A. d. O. PAULA, F. d. C. G; RODRIGUES, A. P. A. A reforma do Ensino Médio e a crise estrutural do capitalismo. Revista Diálogo Educacional. V 23, n. 79, p. 1585-1598, 2023.

LOMBARDI, J. C. Embates marxistas: apontamentos sobre a pós-modernidade e a crise terminal do capitalismo. Campinas, SP: Librum, 2012.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB). Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.